DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DEFERIDAS

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 AO DOUTO JUIZO DA IV JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA REGIONAL DE BANGU — RIO DE JANEIRO/RJ

P	rocesso	nº	
---	---------	----	--

DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DEFERIDAS

- Reconhecimento das Medidas Protetivas: Em atenção ao despacho de Vossa Excelência datado de 01/03/2025, reconheço as medidas protetivas que foram parcialmente deferidas, as quais visam garantir a segurança e a integridade física e psicológica das partes.
- 2. Compromisso com as Medidas: Declaro, de forma clara e inequívoca, que não pretendo, por motivo algum, entrar em contato com a vítima,, por qualquer meio que seja, seja por telefone, redes sociais ou qualquer outro canal de comunicação. Reitero que não terei qualquer tipo de contato com ela ou com seus familiares.
- 3. Distância e Proximidade: Comprometo-me a manter a distância mínima de 200 (duzentos) metros da requerente, de seus familiares e testemunhas, conforme determinado por Vossa Excelência. Estou ciente de que o descumprimento dessa medida poderá resultar em sanções legais, incluindo a possibilidade de prisão por

desobediência.

4. Colaboração com a Justiça: Reitero minha disposição em colaborar com o processo e a Justiça, respeitando as determinações judiciais e buscando uma resolução adequada para a situação.

Por fim, reafirmo meu compromisso com o cumprimento das medidas, conforme estabelecido por este Juízo.

No momento oportuno, a verdade dos fatos será o alicerce da minha inocência.

Rio de Janeiro-RJ 04 de março de 2025

NOME e ASSINATURA

FAQ — Declaração de Manifestação das Medidas Protetivas Deferidas

1. O que é uma Declaração de Manifestação das Medidas Protetivas Deferidas?

Trata-se de um documento formal no qual a pessoa beneficiada por medidas protetivas se manifesta sobre o deferimento dessas medidas, geralmente em processos envolvendo violência doméstica e familiar, conforme previsto na Lei Maria da Penha.

2. Para que serve essa declaração?

A declaração serve para informar ao juízo, autoridades ou órgãos competentes sobre o conhecimento, aceitação, recusa ou qualquer manifestação da parte beneficiada em relação às medidas protetivas concedidas.

3. Quem pode elaborar essa declaração?

A própria pessoa beneficiada pelas medidas protetivas pode elaborar a declaração, preferencialmente com orientação de um advogado.

4. Em quais situações essa declaração é necessária?

É necessária quando o juízo solicita manifestação da parte sobre as medidas deferidas, para informar sobre o desejo de manter, modificar ou revogar as medidas, ou para atualizar sua situação perante as autoridades.

5. O que deve conter na declaração?

A declaração deve conter:

- Identificação da pessoa beneficiada;
- Referência ao processo e às medidas protetivas deferidas;
- Manifestação clara sobre as medidas (aceitação, recusa, pedido de modificação, etc.);
- Data e assinatura.

6. Existe um modelo disponível para essa declaração?

Sim. No site Ademilson CS Advogados há um modelo gratuito que pode ser adaptado conforme o caso concreto. <u>Acesse o modelo aqui</u>.

7. A declaração precisa ser reconhecida em cartório?

Não é obrigatório, mas o reconhecimento de firma pode conferir

maior autenticidade ao documento, dependendo da exigência do juízo ou órgão destinatário.

8. A manifestação sobre as medidas protetivas pode ser feita diretamente ao juiz?

Sim. A manifestação pode ser feita por meio de petição nos autos do processo, diretamente ao juiz responsável pelo caso.

9. Posso revogar ou alterar as medidas protetivas após a declaração?

Sim. A pessoa beneficiada pode solicitar a revogação, alteração ou manutenção das medidas protetivas a qualquer tempo, mediante manifestação formal ao juízo.

10. Onde buscar orientação para elaborar a declaração?

É recomendável procurar um advogado de confiança ou a Defensoria Pública para orientação e elaboração do documento, garantindo que seus direitos sejam respeitados.

Se precisar de mais informações ou de um modelo personalizado, consulte o site <u>Ademilson CS Advogados</u> ou um profissional jurídico de sua confiança.

DECLARAÇÃO DE COLABORAÇÃO COM O PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

AO DOUTO JUIZO DA IV JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA REGIONAL DE BANGU — RIO DE JANEIRO/RJ

Pro	ces	SO	nº	***************************************	
	,	30	••		

DECLARAÇÃO DE COLABORAÇÃO COM O PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO

Eu,, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, venho, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar a seguinte declaração de colaboração com o procedimento, em nome da verdade dos fatos.

Colaboração com a Justiça: Desde o início das investigações, tenho me mostrado totalmente disposto a colaborar com a Justiça, fornecendo todas as informações necessárias e esclarecendo quaisquer dúvidas que possam surgir a respeito dos fatos em questão. Minha intenção é contribuir para que a verdade prevaleça e para que a Justiça seja feita de forma justa e transparente.

Comportamento e Ações: É importante ressaltar que meu comportamento tem sido pautado pela responsabilidade e pelo respeito às normas legais. Tenho me mantido em conformidade com todas as orientações recebidas.

Minhas ações têm sido pacíficas e não represento qualquer ameaça à ordem pública ou à integridade de terceiros.

Estou comprometido em comparecer a todos os atos processuais e

não há qualquer indício que sugira a possibilidade de fuga ou de obstrução da Justiça.

Não sou uma pessoa que representa risco à sociedade e estou à disposição da justiça e tenho emprego e residência fixa.

Diante do exposto, solicito que Vossa Excelência considere minha declaração e a colaboração prestada, a fim de que sejam adotadas as medidas que se mostrem mais adequadas e justas.

Juntamente com meu advogado, estamos reunindo as provas que, de forma inequívoca, trarão à tona a verdade dos fatos, provando minha inocência.

Rio de Janeiro-RJ 04 de março de 2025

.....

[CPF ou RG]
[Endereço]
[Telefone]

FAQ — Declaração de Colaboração com o Procedimento Investigativo

1. O que é a Declaração de Colaboração com o Procedimento Investigativo?

É um documento formal no qual uma pessoa declara estar colaborando com um procedimento investigativo, seja como testemunha, vítima ou investigado, demonstrando disposição para contribuir com a apuração dos fatos.

2. Para que serve essa declaração?

A declaração serve para registrar oficialmente que o declarante está disposto a colaborar com as autoridades responsáveis pela investigação, fornecendo informações, documentos, depoimentos ou outros elementos que possam ajudar na elucidação dos fatos.

3. Quem pode utilizar esse tipo de declaração?

Qualquer pessoa envolvida em um procedimento investigativo pode utilizar a declaração, incluindo vítimas, testemunhas, investigados ou terceiros que tenham informações relevantes para o caso.

4. Em quais situações a declaração pode ser exigida ou recomendada?

A declaração pode ser exigida ou recomendada quando:

- Há interesse em demonstrar boa-fé e colaboração com a Justiça;
- O investigado deseja demonstrar disposição em contribuir com a investigação;
- A autoridade policial ou judicial solicita manifestação formal de colaboração;
- O advogado orienta o cliente a documentar sua colaboração.

5. 0 que deve constar na declaração?

A declaração deve conter:

- Identificação completa do declarante;
- Referência ao procedimento investigativo (número do

- inquérito, processo, etc.);
- Manifestação clara de colaboração e disposição para contribuir;
- Descrição das formas de colaboração (depoimento, entrega de documentos, etc.);
- Data e assinatura.

6. Preciso reconhecer firma da assinatura na declaração?

O reconhecimento de firma não é obrigatório, mas pode ser solicitado pela autoridade competente para garantir a autenticidade do documento.

7. Existe um modelo disponível para essa declaração?

Sim. O site Ademilson CS Advogados oferece um modelo gratuito que pode ser adaptado conforme o caso específico. Acesse o modelo aqui.

8. A declaração substitui o depoimento pessoal?

Não. A declaração não substitui o depoimento pessoal, mas pode ser utilizada para registrar formalmente a intenção de colaborar e facilitar o andamento do procedimento investigativo.

9. A declaração pode ser usada em processos judiciais?

Sim. A declaração pode ser juntada aos autos de inquérito policial ou processo judicial, servindo como elemento de prova da colaboração do declarante.

10. Onde buscar orientação para elaborar a declaração?

É recomendável contar com o auxílio de um advogado para elaborar a declaração de forma adequada e garantir que seus direitos sejam preservados durante o procedimento investigativo.

Se precisar de mais informações ou de um modelo personalizado, consulte o site <u>Ademilson CS Advogados</u> ou um profissional jurídico de sua confiança.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE POSSE E INTENÇÃO DE ARMAS

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025

AO DOUTO JUIZO DA IV JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA REGIONAL DE BANGU — RIO DE JANEIRO/RJ

Processo nº	
-------------	--

DECLARAÇÃO

1. **Declaração de Posse de Arma:** Afirmo, para os devidos fins, que não possuo e nunca possuí qualquer tipo de

arma de fogo ou arma branca, conforme preconiza o artigo 5° , inciso XXII, da Constituição Federal, que assegura a todos o direito à segurança e à inviolabilidade da vida.

- 2. Intenção de Posse: Declaro ainda que não tenho a intenção de obter a posse de arma de fogo, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 10.826/2003, que regula a posse e o porte de armas no Brasil. Em seu artigo 4º, a referida lei estabelece que a posse de arma é restrita a pessoas que comprovem a necessidade e a idoneidade, condições das quais me enquadro na idoneidade, mas não tenho necessidade.
- 3. **Compromisso com a Lei:** Reitero que meu compromisso é com a paz e a convivência harmoniosa, não desejando em momento algum a posse de armamento que possa colocar em risco a minha vida e a de terceiros.

Por fim, reafirmo a veracidade das informações aqui prestadas, ciente das sanções legais aplicáveis em caso de falsidade.

Nestes termos, peço deferimento.

Local e Data: [Cidade], [Data]

Assinatura:

NOME...... [CPF ou RG] [Endereço] [Telefone]

FAQ — Declaração de Ausência de Posse e Intenção de Armas

1. O que é a Declaração de Ausência de Posse e Intenção de Armas?

É um documento formal no qual uma pessoa declara, sob as penas da lei, que não possui, não tem posse e nem intenção de possuir arma de fogo, munições ou acessórios relacionados.

2. Para que serve essa declaração?

A declaração é geralmente utilizada para atender exigências legais ou administrativas, especialmente em procedimentos judiciais, processos de medidas protetivas, investigações policiais ou para fins de comprovação perante órgãos públicos de que o declarante não possui armas.

3. Quem pode utilizar esse tipo de declaração?

Qualquer pessoa pode utilizar, especialmente aquelas que precisam comprovar formalmente que não têm armas de fogo, seja por exigência judicial, policial, administrativa ou em processos envolvendo violência doméstica.

4. Em quais situações a declaração pode ser solicitada?

A declaração pode ser solicitada em situações como:

- Cumprimento de medidas protetivas de urgência;
- Processos judiciais envolvendo violência doméstica;
- Investigações policiais;
- Procedimentos administrativos junto a órgãos de segurança ou justiça.

5. O que deve constar na declaração?

A declaração deve conter:

- Identificação completa do declarante (nome, RG, CPF, endereço);
- Afirmação clara de que não possui, não detém posse e não tem intenção de possuir armas de fogo, munições ou acessórios;
- Data e assinatura do declarante.

6. Precisa reconhecer firma da assinatura?

Geralmente não é obrigatório, mas em alguns casos pode ser exigido pelo órgão ou autoridade que solicitou a declaração, para garantir a autenticidade do documento.

7. Existe um modelo de declaração disponível?

Sim. O site Ademilson CS Advogados disponibiliza um modelo gratuito que pode ser adaptado conforme a necessidade do caso. Acesse o modelo aqui.

8. A declaração tem valor legal?

Sim. Ao assinar a declaração, a pessoa assume responsabilidade legal pelas informações prestadas, podendo responder civil e criminalmente em caso de falsidade.

9. A declaração pode ser usada em processos judiciais?

Sim. Ela pode ser apresentada em processos judiciais ou administrativos, sendo um documento aceito para comprovar a

ausência de posse e intenção de armas.

10. Onde posso obter orientação para preencher corretamente a declaração?

É recomendável procurar um advogado ou a Defensoria Pública para garantir que a declaração seja elaborada corretamente e atenda às exigências do caso.

Se precisar de mais informações ou de um modelo personalizado, consulte o site <u>Ademilson CS Advogados</u> ou um profissional jurídico de sua confiança.

NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA DE MANDATO

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA DE MANDATO

Prezado(a) [Nome do Cliente],

Por meio desta notificação, comunico a Vossa Senhoria que, a partir da presente data, estou <u>renunciando ao mandato</u> outorgado por procuração "ad judicia" para patrocinar seus interesses nos autos do processo nº [número do processo], em trâmite perante o [órgão judiciário].

A <u>renúncia se dá por motivos de foro íntimo</u>, não tendo mais condições de prosseguir com a causa e acompanhar o processo.

Nos termos do art. 112 do Código de Processo Civil, a renúncia ao mandato deve ser comunicada ao cliente, que deverá ser notificado para constituir novo advogado no prazo legal de 10 (dez) dias, sob pena de ser considerado revel, conforme preceitua o Art. 76 do mesmo diploma legal.

Informo que todos os documentos e peças processuais referentes ao mencionado processo encontram-se à disposição em meu escritório, situado na [Endereço do Escritório], para serem retirados no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento desta notificação.

Caso não seja constituído novo patrono dentro do prazo legal, o processo seguirá à sua revelia, podendo ser proferida sentença desfavorável aos seus interesses.

Sendo o que tinha para o momento, renovo meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

[Assinatura do Advogado]
[Nome do Advogado]
[Número da OAB]
[Local e Data]

FAQ — Notificação de Renúncia de Mandato

O que é uma notificação de renúncia de mandato?

É um documento formal pelo qual o advogado comunica ao seu cliente que não mais atuará na representação de seus interesses em determinado processo judicial ou extrajudicial, encerrando a relação contratual de prestação de serviços advocatícios.

Em quais situações um advogado pode renunciar ao mandato?

O <u>advogado</u> pode renunciar ao mandato por diversos motivos, como divergências profissionais com o cliente, falta de pagamento de honorários, impossibilidade de continuar a representação por motivos pessoais ou profissionais, ou por questões éticas.

A renúncia de mandato precisa ser justificada?

Não é obrigatório que o advogado apresente justificativa para a renúncia na notificação, embora seja comum incluir uma breve exposição dos motivos por questão de transparência na relação profissional.

Quais são os requisitos formais para uma notificação de renúncia?

A notificação deve ser por escrito, identificar claramente o advogado renunciante e o cliente, especificar o processo ou processos aos quais a renúncia se refere, informar a data a partir da qual o advogado deixará de representar o cliente e ser assinada pelo advogado.

Como deve ser feita a entrega da notificação de renúncia ao cliente?

A notificação deve ser entregue de forma que permita comprovar seu recebimento pelo cliente. Isso pode ser feito por carta com aviso de recebimento (AR), notificação extrajudicial via cartório, e-mail com confirmação de leitura ou entrega pessoal mediante recibo.

A partir de quando a renúncia passa a valer?

Conforme o artigo 112 do Código de Processo Civil, o advogado continuará representando o cliente pelos 10 dias seguintes à notificação, a menos que seja substituído antes desse prazo por outro profissional.

O advogado precisa informar ao juízo sobre a renúncia?

Sim, o advogado deve comunicar a renúncia ao juízo onde tramita o processo, juntando prova da notificação feita ao cliente para que o juiz tome ciência e determine a intimação do cliente para constituir novo advogado, se necessário.

Quais as consequências para o cliente após a renúncia?

O cliente precisará constituir novo advogado para dar continuidade ao processo. Caso não o faça, poderá sofrer consequências processuais, como a suspensão do processo em casos cíveis ou até mesmo revelia em determinadas situações.

O advogado que renunciou precisa devolver documentos ao cliente?

Sim, o advogado deve devolver todos os documentos originais e processos que estejam em seu poder, podendo reter apenas cópias para seu arquivo profissional. A devolução deve ser feita mediante recibo.

A renúncia afeta o direito do advogado aos honorários?

Não, a renúncia não afeta o direito do advogado de receber honorários pelo trabalho já realizado. Os honorários devidos até o momento da renúncia permanecem como obrigação do cliente, conforme previsto no contrato de prestação de serviços.

Existe alguma situação em que o advogado não pode renunciar?

O advogado deve evitar renunciar em momentos críticos do processo que possam causar prejuízo irreversível ao cliente, como véspera de prescrição ou de atos processuais essenciais. Além disso, o Código de Ética da OAB estabelece que o advogado não deve abandonar o cliente sem justo motivo.

O que acontece se o cliente se recusar a receber a notificação?

Se o cliente se recusar a receber a notificação, é recomendável que o advogado utilize formas alternativas de notificação que possam ser comprovadas, como notificação por cartório ou publicação em imprensa oficial. O importante é poder demonstrar que houve tentativa efetiva de comunicação.

É possível fazer uma renúncia parcial, mantendo a representação em alguns processos?

Sim, o advogado pode renunciar ao mandato em processos específicos, mantendo a representação em outros. Nesse caso, a

notificação deve especificar claramente a quais processos a renúncia se refere.

Modelo de Notificação — Destituição de mandato de advogado

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 Prezado(a) [Nome do Advogado],

Eu, [Nome do Cliente], inscrito no CPF sob o n° [número do CPF], venho por meio desta notificar Vossa Senhoria que, a partir da presente data, não mais desejo que continue a me representar no processo n° [número do processo], em trâmite perante o [órgão judiciário], renunciando assim ao mandato outorgado.

Solicito que sejam tomadas todas as medidas cabíveis para formalizar a renúncia do mandato nos autos do processo, requerendo a intimação deste signatário para constituir novo patrono, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, conforme art. 76 do Código de Processo Civil.

Requeiro ainda a devolução de todos os documentos originais que estejam em posse de Vossa Senhoria, referentes ao processo em questão, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento desta notificação.

Informo que foi constituído novo advogado para acompanhar o processo, Sr(a). [Nome do Novo Advogado], inscrito na OAB sob n° [Número da OAB do Novo Advogado], com escritório profissional situado na [Endereço do Escritório do Novo

Advogado].

Sendo o que tinha para o momento, agradeço pelos serviços prestados até então.

Atenciosamente,
[Assinatura do Cliente]
[Nome do Cliente]
[Local e Data]

FAQ - Notificação de Destituição de Mandato de Advogado

O que é uma notificação de destituição de mandato de advogado?

É um documento formal pelo qual o cliente comunica ao advogado que decidiu encerrar a relação de representação legal, revogando os poderes anteriormente concedidos através de procuração.

Qual a diferença entre destituição de mandato e renúncia de mandato?

A destituição de mandato é realizada pelo cliente, que decide encerrar a representação legal. Já a renúncia de mandato é uma iniciativa do advogado, que comunica ao cliente que não deseja mais continuar na representação de seus interesses.

É necessário apresentar

justificativa para destituir um advogado?

Não é obrigatório apresentar justificativa, pois a relação advogado-cliente baseia-se na confiança e pode ser encerrada por vontade do cliente a qualquer momento. Porém, por cortesia profissional, pode-se mencionar sucintamente os motivos.

Como deve ser redigida uma notificação de destituição de mandato?

A notificação deve conter: identificação completa do cliente e do advogado, referência clara à procuração que está sendo revogada, declaração expressa de destituição do mandato, solicitação de devolução de documentos (se aplicável), data e assinatura do cliente.

A notificação de destituição precisa ser feita por escrito?

Sim, é altamente recomendável que seja feita por escrito para que haja comprovação formal da comunicação e da data em que ocorreu a destituição.

Como entregar a notificação de destituição ao advogado?

A notificação pode ser entregue pessoalmente mediante recibo, por carta com aviso de recebimento (AR), por notificação extrajudicial via cartório ou por e-mail com confirmação de recebimento/leitura.

A destituição tem efeito imediato?

Sim, a destituição tem efeito imediato a partir do momento em que o advogado toma conhecimento da notificação, não sendo necessário aguardar qualquer prazo, como ocorre na renúncia.

É necessário comunicar a destituição ao juízo onde tramita o processo?

Sim, o cliente ou seu novo advogado deve informar ao juízo sobre a destituição do advogado anterior e, se já houver, a constituição do novo representante legal para evitar nulidades processuais ou prejuízos ao andamento do processo.

O cliente precisa pagar honorários ao advogado destituído?

Sim, o cliente deve quitar os honorários referentes aos serviços já prestados pelo advogado até a data da destituição, conforme estabelecido no contrato de prestação de serviços advocatícios.

O advogado destituído pode reter documentos do cliente?

Não. O advogado é obrigado a devolver todos os documentos originais que pertencem ao cliente, podendo manter apenas cópias para seu arquivo profissional. A retenção de documentos pode configurar infração ética.

É possível destituir parcialmente o mandato para alguns processos específicos?

Sim, o cliente pode optar por destituir o advogado apenas de processos específicos, mantendo a representação em outros. Nesse caso, a notificação deve especificar claramente quais processos estão incluídos na destituição.

Quais cuidados devem ser tomados antes de destituir um advogado?

Antes da destituição, o cliente deve: (1) garantir que outro advogado já esteja contratado ou pronto para assumir o caso, evitando períodos sem representação; (2) verificar prazos processuais em andamento; (3) obter um relatório da situação atual dos processos; e (4) acertar pendências financeiras.

O que fazer se o advogado se recusar a aceitar a destituição?

A destituição é um direito do cliente e não depende da concordância do advogado. Caso haja resistência, o cliente pode enviar a notificação por meio que comprove a entrega (como cartório) e informar diretamente ao juízo do processo sobre a revogação da procuração.

É necessário contratar um novo advogado antes de destituir o atual?

Embora não seja obrigatório, é altamente recomendável já ter um novo advogado contratado antes de destituir o atual, para evitar períodos sem representação legal que possam prejudicar o andamento do processo.

Modelo de Notificação — Renuncia de mandato de advogado — Via WhatsApp

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 Prezado(a) [Nome do Cliente],

Serve a presente para notificar via WhatsApp a Vossa Senhoria da minha renúncia ao mandato que me foi outorgado por procuração "ad judicia" nos autos do processo nº [número do processo], em trâmite perante o [órgão judiciário].

A <u>renúncia se dá por motivos</u> <u>particulares</u>, não tendo mais condições de patrocinar a causa e acompanhar o processo.

Solicito que Vossa Senhoria constitua novo advogado no prazo legal de 10 dias para dar prosseguimento ao processo, sob pena de ser considerado revel, conforme preceitua o Art. 76 do Código de Processo Civil.

Informo ainda que todos os documentos e peças processuais referentes ao processo encontram-se à disposição em meu escritório para serem retirados.

Sendo o que tinha para o momento, agradeço a confiança depositada e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente, [Nome e OAB do Advogado]

FAQ — Notificação de Renúncia de Mandato de Advogado via WhatsApp

O que é uma notificação de renúncia de mandato via WhatsApp?

É um documento formal enviado pelo aplicativo WhatsApp através do qual o <u>advogado</u> comunica ao cliente sua decisão de não mais representá-lo juridicamente, encerrando a relação profissional estabelecida por procuração.

O WhatsApp é um meio válido para enviar uma renúncia de mandato?

Sim, o WhatsApp pode ser utilizado como meio de comunicação para renúncia, desde que seja possível comprovar o recebimento e leitura da mensagem pelo cliente. A jurisprudência recente tem reconhecido a validade das comunicações por meios eletrônicos, incluindo aplicativos de mensagens.

Quais são as vantagens de utilizar o WhatsApp para notificar a renúncia?

As principais vantagens são: rapidez na comunicação, confirmação visual de recebimento e leitura (marcas azuis), facilidade para anexar documentos, possibilidade de registro da data e hora exatas do envio, e o fato de ser um meio de comunicação habitual entre advogados e clientes atualmente.

Quais cuidados devo tomar ao renunciar via WhatsApp?

É essencial: (1) utilizar uma conta de WhatsApp profissional associada ao seu número comercial; (2) confirmar que o número do cliente está correto; (3) verificar se a mensagem foi entregue e lida (marcas azuis); (4) manter registro da conversa; (5) utilizar linguagem formal e clara; e (6) anexar a notificação como documento PDF assinado.

Devo enviar apenas mensagem de texto ou um documento formal?

O ideal é enviar uma mensagem introdutória seguida do documento formal de renúncia em formato PDF, preferencialmente assinado (física ou digitalmente). Isso confere maior formalidade e segurança jurídica ao ato.

Como comprovar que o cliente recebeu a notificação pelo WhatsApp?

A comprovação pode ser feita por: prints (capturas de tela) da conversa mostrando as marcas azuis de leitura, registro da data e hora do envio, eventual resposta do cliente, ou relatório de entrega que o WhatsApp Business pode fornecer.

A partir de quando começa a contar o prazo de 10 dias após a renúncia via WhatsApp?

O prazo de 10 dias previsto no artigo 112 do CPC começa a contar a partir da comprovação do recebimento da mensagem pelo

cliente, que pode ser evidenciada pelas marcas azuis de leitura ou por resposta que demonstre ciência do conteúdo.

Além da notificação via WhatsApp, devo tomar outras providências?

Sim, é recomendável: (1) comunicar formalmente a renúncia ao juízo onde tramita o processo, anexando prova da notificação feita ao cliente; (2) enviar a mesma notificação por outros meios mais tradicionais, como carta com AR; e (3) documentar todo o processo de renúncia para eventuais questionamentos futuros.

O que fazer se o cliente visualizar a mensagem mas não responder?

Se o cliente visualizou a mensagem (marcas azuis) mas não respondeu, isso já pode ser considerado como ciência da notificação. Entretanto, é recomendável enviar uma segunda mensagem solicitando confirmação de recebimento ou utilizar um meio alternativo de notificação para reforçar a comunicação.

E se o cliente não visualizar a mensagem no WhatsApp?

Se após alguns dias o cliente não visualizar a mensagem (apenas uma marca cinza), será necessário utilizar outros meios de notificação, como carta com AR, notificação extrajudicial via cartório ou e-mail com confirmação de leitura.

Quais informações devem constar na

notificação de renúncia via WhatsApp?

A notificação deve conter: identificação completa do advogado e do cliente, número do processo (se houver), declaração expressa de renúncia ao mandato, informação sobre o prazo de 10 dias em que o advogado continuará representando o cliente conforme o art. 112 do CPC, solicitação para constituir novo advogado, e assinatura do advogado renunciante.

Posso enviar a notificação de renúncia em grupo de WhatsApp que inclua o cliente?

Não é recomendável. A notificação deve ser enviada em conversa privada diretamente ao cliente para preservar a confidencialidade da relação advogado-cliente e evitar exposição desnecessária da situação a terceiros.

Devo manter o histórico da conversa de WhatsApp após a renúncia?

Sim, é fundamental manter o histórico completo da conversa, incluindo a notificação enviada e eventuais respostas do cliente. Recomenda-se fazer backup da conversa e capturas de tela como evidência para eventual necessidade de comprovação futura.

O advogado precisa devolver documentos após a renúncia via

WhatsApp?

Sim, independentemente do meio utilizado para a renúncia, o advogado deve providenciar a devolução de todos os documentos originais do cliente, podendo combinar a forma de entrega pelo próprio WhatsApp e solicitar recibo de devolução.

Modelo de Notificação — Renuncia de mandato de advogado

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 Prezado(a) [Nome do Cliente],

Serve a presente para notificar via WhatsApp a Vossa Senhoria da minha renúncia ao mandato que me foi outorgado por procuração "ad judicia" nos autos do processo nº [número do processo], em trâmite perante o [órgão judiciário].

A renúncia se dá por motivos particulares, não tendo mais condições de patrocinar a causa e acompanhar o processo.

Solicito que Vossa Senhoria constitua novo advogado no prazo legal de 10 dias para dar prosseguimento ao processo, sob pena de ser considerado revel, conforme preceitua o Art. 76 do Código de Processo Civil.

Informo ainda que todos os documentos e peças processuais referentes ao processo encontram-se à disposição em meu escritório para serem retirados.

Sendo o que tinha para o momento, agradeço a confiança depositada e coloco-me à disposição para eventuais

esclarecimentos.

Atenciosamente, [Nome e OAB do Advogado]

FAQ — Notificação de Renúncia de Mandato de Advogado

O que é uma notificação de renúncia de mandato de advogado?

É um documento formal através do qual o <u>advogado</u> comunica ao seu cliente a decisão de não mais representá-lo juridicamente, encerrando assim o vínculo profissional estabelecido por procuração.

Quando um advogado pode renunciar ao mandato?

Um<u>advogado</u> pode renunciar ao mandato em diversas situações, como: divergência insuperável com o cliente sobre a condução do caso, falta de pagamento de honorários, impossibilidade técnica ou pessoal de continuar no processo, quebra de confiança mútua, ou quando questões éticas impossibilitam a continuidade da representação.

É necessário apresentar justificativa para renunciar ao mandato?

Não é obrigatório expor os motivos da renúncia na notificação enviada ao cliente, embora muitos advogados optem por fazê-lo por questão de transparência profissional. A legislação

garante ao advogado o direito de renunciar independentemente de justificativa.

Quais elementos devem constar em uma notificação de renúncia?

A notificação deve conter: identificação completa do advogado e do cliente, número do processo (se houver), declaração expressa de renúncia, data a partir da qual o advogado deixará de representar o cliente, informação sobre o prazo legal de 10 dias, recomendação para constituir novo advogado, e assinatura do advogado renunciante.

Como deve ser entregue a notificação de renúncia ao cliente?

A notificação deve ser entregue por meio que permita comprovar seu recebimento, como: carta registrada com aviso de recebimento (AR), notificação extrajudicial via cartório, email com confirmação de leitura, aplicativos de mensagem com comprovação de recebimento, ou entrega pessoal mediante recibo.

O que significa o prazo de 10 dias mencionado nas notificações de renúncia?

Conforme o artigo 112 do Código de Processo Civil, após notificar o cliente, o advogado permanece obrigado a representá-lo pelos 10 dias seguintes, a menos que seja substituído antes por outro advogado. Este prazo visa garantir que o cliente não fique sem representação judicial imediata.

O que o advogado deve fazer além de notificar o cliente?

Além de notificar o cliente, o advogado deve: comunicar a renúncia ao juízo onde tramita o processo, juntando prova da notificação feita ao cliente; devolver documentos originais que estejam em seu poder; e preparar um relatório sobre o estado atual do processo.

Quais as consequências para o cliente após a renúncia?

O cliente deverá constituir novo advogado dentro do prazo legal para evitar prejuízos ao andamento do processo. Se não o fizer, poderá sofrer consequências processuais, como suspensão do processo em causas cíveis ou revelia em determinadas situações.

A renúncia afeta o direito do advogado aos honorários?

Não. A renúncia não extingue o direito do advogado de receber os honorários proporcionais aos serviços já prestados até o momento da renúncia, conforme estabelecido no contrato de prestação de serviços advocatícios.

O que fazer se o cliente não receber ou se recusar a receber a notificação?

Se o cliente não for encontrado ou se recusar a receber a notificação, o advogado deve buscar meios alternativos de notificação que possam ser comprovados, como publicação em imprensa oficial ou notificação via cartório. É importante documentar todas as tentativas de comunicação.

É possível renunciar em momentos críticos do processo?

Embora legalmente possível, o Código de Ética da OAB recomenda que o advogado evite renunciar em momentos críticos que possam causar prejuízo irreparável ao cliente, como na iminência de prescrição ou de um prazo processual decisivo. A renúncia deve ser exercida com responsabilidade profissional.

O advogado pode reter documentos do cliente após a renúncia?

Não. O advogado deve devolver todos os documentos originais que pertencem ao cliente, podendo manter apenas cópias para seu arquivo profissional. A retenção de documentos pode configurar infração ética.

É possível fazer uma renúncia parcial do mandato?

Sim, o advogado pode renunciar apenas a determinados processos, mantendo a representação em outros. Nesse caso, a notificação deve especificar claramente quais processos estão incluídos na renúncia e quais continuarão sob sua responsabilidade.

O que acontece se o advogado simplesmente abandonar o caso sem

formalizar a renúncia?

O abandono de causa sem formalização da renúncia pode configurar infração ético-disciplinar passível de punição pela OAB, além de potencialmente gerar responsabilidade civil por prejuízos causados ao cliente.

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA RECLAMADA AO SEU ADVOGADO

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 Nome todo do cliente, ocupação e qualificação profissional, estado civil, nacionalidade, CPF: , RG: , endereço: Rua xxx, nº.: xx, Bairro xxx, CEP: xxxx, Cidade xxx, Estado xxx, Telefone: xxx, e-mail: xxx, declara ser verdadeira e autentica todas as informações prestadas ao seu Advogado, para fins de esclarecimento, confecção e montagem deste processo/inicial/defesa/contestação/manifestação, dentre outras peças jurídicas aplicáveis ao caso.

Por fim, fico ciente através deste documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro e passível de apuração na forma da Lei. Além da ciência de responsabilidade sob todos os efeitos e danos causados pelas minhas declarações.

Declarante:	

TE	STEMUNHAS:
1 -	
2-	
	□ Declaração de Veracidade das nformações — Mapa Mental
	0 que é?
	 Documento em que a empresa (reclamada) afirma, formalmente, que todas as informações fornecidas ao advogado são verdadeiras.
	Finalidade
	 □ Garantir que o advogado receba dados corretos para a defesa. □ Resguardar o advogado de eventuais informações falsas ou omissas. □ Formalizar a responsabilidade da empresa sobre as informações prestadas.
	Estrutura da Declaração
	 Identificação da empresa (reclamada). Identificação do responsável legal. Descrição das informações prestadas. Declaração de veracidade e responsabilidade civil e criminal. Data e local.

■ □□ Assinatura do responsável.

□□ Procedimento

- ▲□ Preencher a declaração com todos os dados corretos.
- □ Revisar as informações antes de assinar.
- □□ Assinar e entregar ao advogado.

□ Importância

- □□ Protege o advogado de possíveis sanções caso a informação seja falsa.
- ✓ Garante maior segurança jurídica no processo.
- ☐ Facilita a defesa, já que o advogado pode confiar nos dados fornecidos.

△ Observações

- 🛮 A declaração pode ser anexada aos autos do processo.
- Pode ser exigida pelo advogado antes de apresentar a defesa.
- ▲□ Informações falsas podem gerar responsabilidade civil e criminal para quem as prestou.

□ Links Úteis

- Site Interno: Ademilson CS Advogados
- Facebook Externo: Ademilson CS Advogados

☐ FAQ — Declaração de Veracidade das Informações

1. O que é a declaração de veracidade das informações?

É um documento assinado pela empresa, garantindo que as informações fornecidas ao advogado são verdadeiras.

2. Quem deve assinar a declaração?

O responsável legal da empresa (reclamada).

3. Por que o advogado solicita essa declaração?

Para se resguardar de eventuais punições caso as informações sejam falsas ou omissas.

4. A declaração tem valor jurídico?

Sim, pode ser usada como prova em eventual discussão sobre a veracidade das informações.

5. O que acontece se a empresa mentir na declaração?

Pode responder civil e criminalmente por eventuais prejuízos ou fraudes processuais.

6. A declaração é obrigatória?

Não é obrigatória por lei, mas é uma medida de segurança recomendada para o advogado.

7. A declaração pode ser anexada ao processo?

Sim, especialmente se houver risco de questionamento sobre as informações prestadas.

8. O advogado pode se recusar a atuar sem essa declaração?

Sim, se entender que é necessário para sua segurança profissional.

9. A declaração substitui a necessidade de provas?

Não, ela apenas formaliza a responsabilidade sobre as informações, mas não dispensa a apresentação de provas.

10. Onde posso encontrar um modelo dessa declaração?

No <u>site oficial Ademilson CS Advogados</u> há modelos gratuitos e adaptáveis.

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o <u>site</u> <u>oficial</u> ou acompanhe novidades no <u>Facebook</u>!

Declaração

de

hipossuficiência

Cidade, Estado, dia, mês e ano

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 Nome todo do cliente, ocupação e qualificação profissional, estado civil, nacionalidade, CPF: , RG: , endereço: Rua xxx, nº.: xx, Bairro xxx, CEP: xxxx, Cidade xxx, Estado xxx, Telefone: xxx, e-mail: xxx, DECLARO HIPOSSUFICIÊNCIA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

Declara o beneficiário da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, sob os rigores da Lei, estar ciente que está sujeita às sanções civis, administrativas e criminais, em sendo comprovada a falsidade da afirmativa retro lançada.

Declarante:				

□□ Declaração de Veracidade das Informações — Mapa Mental

□ 0 que é?

 Documento em que a empresa (reclamada) afirma, formalmente, que todas as informações fornecidas ao advogado são verdadeiras.

□ Finalidade

- ☐ Garantir que o advogado receba dados corretos para a defesa.
- ﷺ Resguardar o advogado de eventuais informações falsas ou omissas.
- ☐ Formalizar a responsabilidade da empresa sobre as informações prestadas.

☐ Estrutura da Declaração

- 🛮 Identificação da empresa (reclamada).
- □□□ Identificação do responsável legal.
- □ Descrição das informações prestadas.
- Declaração de veracidade e responsabilidade civil e criminal.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do responsável.

□□ Procedimento

- △□ Preencher a declaração com todos os dados corretos.
- 🛮 Revisar as informações antes de assinar.
- □□ Assinar e entregar ao advogado.

□ Importância

- □□ Protege o advogado de possíveis sanções caso a informação seja falsa.
- ✓□ Garante maior segurança jurídica no processo.
- ☐ Facilita a defesa, já que o advogado pode confiar nos dados fornecidos.

△ Observações

- 🛮 A declaração pode ser anexada aos autos do processo.
- □ Pode ser exigida pelo advogado antes de apresentar a defesa.
- ▲□ Informações falsas podem gerar responsabilidade civil e criminal para quem as prestou.

☐ Links Úteis

- <u>Site Interno: Ademilson CS Advogados</u>
- Facebook Externo: Ademilson CS Advogados

☐ FAQ — Declaração de Veracidade das Informações

1. O que é a declaração de veracidade das informações?

É um documento assinado pela empresa, garantindo que as informações fornecidas ao advogado são verdadeiras.

2. Quem deve assinar a declaração?

O responsável legal da empresa (reclamada).

3. Por que o advogado solicita essa

declaração?

Para se resguardar de eventuais punições caso as informações sejam falsas ou omissas.

4. A declaração tem valor jurídico?

Sim, pode ser usada como prova em eventual discussão sobre a veracidade das informações.

5. 0 que acontece se a empresa mentir na declaração?

Pode responder civil e criminalmente por eventuais prejuízos ou fraudes processuais.

6. A declaração é obrigatória?

Não é obrigatória por lei, mas é uma medida de segurança recomendada para o advogado.

7. A declaração pode ser anexada ao processo?

Sim, especialmente se houver risco de questionamento sobre as informações prestadas.

8. O advogado pode se recusar a atuar sem essa declaração?

Sim, se entender que é necessário para sua segurança profissional.

9. A declaração substitui a necessidade de provas?

Não, ela apenas formaliza a responsabilidade sobre as informações, mas não dispensa a apresentação de provas.

10. Onde posso encontrar um modelo dessa declaração?

No <u>site oficial Ademilson CS Advogados</u> há modelos gratuitos e adaptáveis.

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o <u>site</u> <u>oficial</u> ou acompanhe novidades no <u>Facebook</u>!

[Modelo] Petição Intermediária — comprovação assistência gratuita

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FEITOS E RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEL E COMERCIAL DA COMARCA DE

Processo nº:

XXXXX, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu advogado que esta subscreve, vem a ilustríssima presença de Vossa Excelência requerer:

Face ao despacho de fls., onde intima a parte autora para que "apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, documento hábil a comprovar o preenchimento dos pressupostos à concessão dos benefícios da gratuidade", vem o Autor, anexar ao processo, cópia dos seguintes documentos:

• Contas de Energia dos últimos 12 (DOZE) meses.

- Contas de Água dos últimos 12 (DOZE) meses.
- Contracheque dos últimos 3 (TRÊS) meses.
- Comprovante de não declaração de Imposto de Renda dos últimos 3 (TRÊS) anos.

(Insira quantos documentos julgar necessário)

Conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, LXXIV:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIV — o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; (DESTAQUE NOSSO)

Isto posto, é de justiça que o Autor seja beneficiado pela Assistência Jurídica Integral e Gratuita, vez que seu estado de hipossuficiência fora cabalmente comprovado mediante a documentação anexa.

Ainda, vale destacar que a Carta Magna é clara quando dispõe que o estado deverá prestar a assistência jurídica integral e gratuita àqueles que *COMPROVAREM INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS!*

Por consequência, o não deferimento do benefício resultará em impacto substancial na renda do Autor, causando prejuízos tanto ao sustento próprio quanto ao de sua família, vez que é o mesmo é único provedor, não possuindo condições de arcar com as custas e despesas processuais.

Ademais, reflexamente, o não deferimento do benefício resultaria barreira ao direito do autor em ter sua demanda apreciada pelo judiciário, direito esse constitucionalmente previsto!

vejamos:

Art. 5° Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV — a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; (DESTAQUE NOSSO)

Por todo exposto, não resta qualquer dúvida quanto ao direito do Autor em usufruir do benefício da Assistência Jurídica integral e Gratuita, bem como das consequências do não deferimento do pedido. Motivo pelo qual vem requerer sua concessão.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Cidade — Estado, dia, mês por extenso, ano.

ADVOGADO

0AB

☐ Petição Intermediária — Comprovação de Assistência Gratuita (Mapa Mental)

□ 0 que é?

 Documento jurídico apresentado no processo para comprovar a necessidade do benefício da justiça gratuita.

☐ Finalidade

- [] Garantir ao cidadão o direito de não pagar custas, taxas e despesas do processo por falta de recursos.
- ☎☐ Assegurar o acesso à Justiça, mesmo para quem não pode arcar com os custos processuais.

□ Como funciona?

- □□□ O advogado apresenta a petição intermediária ao juiz, informando e comprovando a situação financeira do requerente.
- Devem ser anexados documentos que demonstrem a insuficiência de recursos (holerites, carteira de trabalho, declaração de imposto de renda, etc.).
- □□ O juiz analisará os documentos e decidirá sobre a concessão ou não do benefício.

□ Procedimento

- 1□□ Identificação do processo e das partes.
- 2□□ Redação da petição intermediária, narrando a situação.
- 3□□ Anexação dos documentos comprobatórios.
- 4□□ Protocolo da petição nos autos do processo.
- 5□□ Decisão judicial sobre o pedido.

□□ Garantias Legais

- □ Direito constitucional de acesso à Justiça.
- □□ Lei 1.060/50 e Código de Processo Civil (art. 98 e seguintes).
- ඎ Possibilidade de contestação do pedido pela parte

contrária.

△ Observações

- ☐ A concessão pode ser revogada se for comprovada má-fé ou mudança na situação financeira.
- □ O benefício pode ser solicitado a qualquer momento do processo.
- Quem obtém o benefício de forma fraudulenta pode ser responsabilizado.

□ Links Úteis

- Site Interno: Ademilson CS Advogados
- Facebook Externo: Ademilson CS Advogados

☐ FAQ — Petição Intermediária de Assistência Gratuita

1. O que é assistência judiciária gratuita?

É o direito de não pagar despesas processuais para quem comprovar insuficiência de recursos.

2. Quem tem direito ao benefício?

Qualquer pessoa que provar que não pode arcar com os custos do processo sem prejuízo do próprio sustento ou da família.

3. Como faço para comprovar a necessidade?

Por meio de documentos como comprovante de renda, carteira de trabalho, declaração de desemprego, extrato bancário, entre outros.

4. O pedido pode ser feito em qualquer fase do processo?

Sim, pode ser solicitado a qualquer momento, inclusive em grau de recurso.

5. O juiz pode negar o benefício?

Sim, se entender que não ficou comprovada a insuficiência de recursos.

6. O benefício é definitivo?

Não. Pode ser revogado se houver mudança na situação financeira ou se for constatada fraude.

7. A parte contrária pode contestar o pedido?

Sim, pode apresentar impugnação ao pedido de justiça gratuita.

8. O que acontece se eu mentir para obter o benefício?

Pode haver revogação do benefício, cobrança retroativa das despesas e responsabilização por fraude.

9. Preciso de advogado para pedir

assistência gratuita?

Sim, o pedido geralmente é feito pelo advogado nos autos do processo.

10. Onde encontro modelos de petição?

No <u>site oficial</u> ou entrando em contato pelo <u>Facebook</u>.

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o <u>site oficial</u> ou acompanhe as novidades pelo <u>Facebook</u>!

Modelo de Declaração de Hipossuficiência com Pedido de Justiça Gratuita

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 **DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA COM PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA**

Pela presente e na melhor forma de direito, XXX, brasileiro, casado, porteiro, portador da cédula de identidade RG nº XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX, endereço eletrônico XXX@gmail.com, telefone XXX, residente e domiciliado na Rua XXX, n. XXX, Vila XXX, XXX/SP, CEP XXX, para os fins específicos do beneplácito previsto no inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal, c/c a Lei nº 1.060/50, artigo 1º da Lei nº 7.115/83 e nos termos do artigo 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), **DECLARA**, sob as penas da lei, não ter condições financeiras de arcar com custas e despesas processuais, sem

prejuízo do próprio sustento e de sua família, razão pela qual requer o deferimento da concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**. Requeiro, ainda, que o benefício abranja todos os atos do processo.

Local/Data

□ Declaração de Hipossuficiência com Pedido de Justiça Gratuita — Mapa Mental

□ 0 que é?

 Documento utilizado para declarar formalmente a impossibilidade de arcar com as despesas do processo, solicitando o benefício da justiça gratuita.

□ Finalidade

- Permitir que pessoas sem condições financeiras possam acessar o Judiciário sem pagar taxas, custas e despesas processuais.
- ☎[] Garantir o direito fundamental de acesso à Justiça.

☐ Como funciona?

- △□ 0 interessado preenche a declaração, afirmando não ter condições de pagar os custos do processo.
- □ O documento é anexado à petição inicial ou apresentado no curso do processo.
- □□□□□□ 0 juiz analisa o pedido e decide se concede o

benefício.

□ Procedimento

- l□□ Redação da declaração de hipossuficiência (com informações pessoais e situação financeira).
- 2□□ Juntada da declaração aos autos do processo.
- 3□□ Análise do juiz, que pode conceder ou negar o benefício.
- 4□□ Possibilidade de contestação pela parte contrária.

□□ Garantias Legais

- Presunção de veracidade da declaração, salvo prova em contrário (art. 99, §3º, CPC).
- □□ Direito constitucional de acesso à Justiça (art. 5º, LXXIV, CF).
- ☎☐ Possibilidade de revogação do benefício se comprovada falsidade ou mudança na situação financeira.

△ Observações

- ☐ Falsidade na declaração pode gerar punições legais e cobrança das custas.
- □ O benefício pode ser solicitado a qualquer momento do processo.
- □ Pode ser exigida documentação complementar pelo juiz.

☐ Links Úteis

- <u>Site Interno: Ademilson CS Advogados</u>
- Facebook Externo: Ademilson CS Advogados

☐ FAQ − Declaração de Hipossuficiência e Pedido de Justiça Gratuita

1. 0 que é a declaração de hipossuficiência?

É um documento no qual a pessoa afirma não ter condições financeiras de arcar com as despesas do processo judicial.

2. Quem pode fazer essa declaração?

Qualquer pessoa que não tenha recursos suficientes para pagar as custas e despesas processuais.

3. Preciso apresentar documentos junto com a declaração?

Em regra, a declaração é suficiente, mas o juiz pode solicitar documentos que comprovem a situação financeira.

4. O que acontece se o juiz não aceitar a declaração?

O pedido de justiça gratuita pode ser negado, e a parte terá que arcar com as despesas do processo.

5. Quem pode contestar a declaração?

A parte contrária pode apresentar impugnação se discordar da concessão do benefício.

6. Posso perder o benefício depois de concedido?

Sim, se for comprovado que a situação financeira mudou ou que houve má-fé na declaração.

7. O benefício é válido para todo o processo?

Sim, mas pode ser revogado a qualquer momento se forem constatadas irregularidades.

8. O que acontece se eu mentir na declaração?

Pode haver responsabilização por litigância de má-fé, cobrança das despesas e outras sanções legais.

9. Preciso de advogado para apresentar a declaração?

É recomendado, mas em alguns casos (Juizado Especial), o próprio interessado pode apresentar.

10. Onde encontro modelos e mais informações?

No site oficial ou pelo Facebook.

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o <u>site oficial</u> ou acompanhe as novidades pelo <u>Facebook</u>!

Modelo de Declaração de Hipossuficiência com Pedido de Justiça Gratuita

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 **DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA COM PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA**

Pela presente e na melhor forma de direito, XXX, brasileiro, casado, porteiro, portador da cédula de identidade RG nº XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX, endereço eletrônico XXX@gmail.com, telefone XXX, residente e domiciliado na Rua XXX, n. XXX, Vila XXX, XXX/SP, CEP XXX, para os fins específicos do beneplácito previsto no inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal, c/c a Lei nº 1.060/50, artigo 1º da Lei nº 7.115/83 e nos termos do artigo 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), DECLARA, sob as penas da lei, não ter condições financeiras de arcar com custas e despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, razão pela qual requer o deferimento da concessão dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA. Requeiro, ainda, que o benefício abranja todos os atos do processo.

Local/Data

□ Declaração de Hipossuficiência

com Pedido de Justiça Gratuita (Mapa Mental)

□ 0 que é?

 Documento formal em que a pessoa declara não ter condições financeiras de arcar com os custos do processo judicial, solicitando o benefício da justiça gratuita.

- Permitir que pessoas sem recursos possam acessar a Justiça sem pagar custas, taxas ou despesas processuais.
- ﷺ Garantir o direito constitucional de acesso à Justiça para todos.

□ Como funciona?

- △□ A pessoa preenche e assina uma declaração simples, afirmando sua situação de hipossuficiência.
- •□ A declaração é anexada à petição inicial ou apresentada no decorrer do processo.
- □□ □□ 0 juiz avalia o pedido e pode conceder ou negar o benefício.

□ Procedimento

- l□□ Redigir a declaração de hipossuficiência, informando dados pessoais e a impossibilidade de pagar as despesas do processo.
- 2□□ Juntar a declaração aos autos do processo.
- 3□□ O juiz analisa a declaração e decide sobre o pedido de justiça gratuita.
- 4□□ A parte contrária pode contestar a concessão do benefício.

□□ Garantias Legais

- ☐ Presunção de veracidade da declaração, salvo prova em contrário (art. 99, §3º, CPC).
- □□ Direito previsto na Constituição Federal (art. 5º, LXXIV).
- ta□ Possibilidade de revogação do benefício se houver mudança na situação financeira ou fraude.

△ Observações

- □ Falsidade na declaração pode gerar sanções legais e cobrança das despesas processuais.
- □ O benefício pode ser solicitado em qualquer fase do processo.
- □ 0 juiz pode exigir apresentação de documentos que comprovem a situação declarada.

□ Links Úteis

- Site Interno: Ademilson CS Advogados
- <u>Facebook Externo: Ademilson CS Advogados</u>

FAQ – Declaração de Hipossuficiência com Pedido de

Justiça Gratuita

1. 0 que é a declaração de hipossuficiência?

É um documento em que a pessoa afirma não ter condições financeiras para pagar as despesas do processo e pede justiça gratuita.

2. Quem pode apresentar a declaração?

Qualquer pessoa que não tenha recursos para arcar com os custos processuais sem prejudicar o próprio sustento ou de sua família.

3. Preciso anexar documentos junto com a declaração?

A declaração geralmente é suficiente, mas o juiz pode solicitar documentos que comprovem a situação financeira.

4. O juiz pode negar o pedido de justiça gratuita?

Sim, se entender que a pessoa tem condições de pagar as despesas ou se não houver comprovação suficiente.

5. O benefício é automático?

Não. Embora haja presunção de veracidade, o juiz pode pedir comprovação ou negar o benefício.

6. O benefício pode ser revogado?

Sim, se houver mudança na situação financeira ou se for comprovada má-fé.

7. A parte contrária pode contestar o pedido?

Sim, pode impugnar a concessão do benefício apresentando provas contrárias.

8. O que acontece se eu mentir na declaração?

Você pode perder o benefício, ser obrigado a pagar as despesas e responder por litigância de má-fé.

9. Preciso de advogado para apresentar a declaração?

É recomendável, mas em alguns casos (como Juizado Especial), pode ser feito pela própria pessoa.

10. Onde encontro modelos e mais informações?

No <u>site oficial</u> ou pelo <u>Facebook</u>.

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o <u>site oficial</u> ou acompanhe as novidades pelo <u>Facebook</u>!

Declaração

de

Hipossuficiência

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 Eu, (nome do requerente), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG n° xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o n° xxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxx, declaro para todos os fins que não possuo recursos financeiros que me permitam postular em juízo sem prejuízo do meu sustento e de minha família.

Essa declaração presume-se verdadeira, sob as penas da Lei.

Cidade, data, mês e ano.

—————————

(nome do requerente)

□ Declaração de Hipossuficiência — Mapa Mental

□ 0 que é?

 Documento formal pelo qual uma pessoa declara n\u00e3o ter condi\u00f3\u00f3es financeiras para arcar com custos de um processo judicial ou de outros procedimentos.

- ☐ Solicitar o benefício da justiça gratuita, isentando o declarante de pagar custas e despesas judiciais.
- ☎□ Garantir o direito de acesso à Justiça, mesmo para quem não pode pagar.

□ Como funciona?

- △□ 0 interessado preenche e assina a declaração, afirmando sua situação de insuficiência de recursos.
- ☐ A declaração pode ser apresentada junto à petição inicial ou em qualquer fase do processo.
- □□ಠ□ 0 juiz avalia e pode conceder ou negar o benefício solicitado.

□ Procedimento

l∏∏ Redigir a declaração, informando dados pessoais e a alegação de hipossuficiência.

2□□ Anexar a declaração aos autos do processo ou ao pedido administrativo.

3□□ O juiz ou autoridade analisa e decide sobre a concessão do benefício.

4□□ A parte contrária pode contestar a declaração.

□□ Garantias Legais

- Presunção de veracidade da declaração, salvo prova em contrário (art. 99, §3º, CPC).
- □□ Direito garantido pela Constituição Federal (art. 5º, LXXIV).
- ☎☐ Possibilidade de revogação do benefício se houver fraude ou mudança na situação financeira.

△ Observações

- □ Falsidade na declaração pode resultar em punição e cobrança das despesas processuais.
- O benefício pode ser solicitado a qualquer momento do processo.
- 🛮 O juiz pode exigir documentos que comprovem a situação

declarada.

☐ Links Úteis

- Site Interno: Ademilson CS Advogados
- Facebook Externo: Ademilson CS Advogados

☐ FAQ — Declaração de Hipossuficiência

1. 0 que é a declaração de hipossuficiência?

É um documento em que a pessoa afirma não ter condições financeiras para arcar com custos processuais e solicita o benefício da justiça gratuita.

2. Quem pode apresentar a declaração?

Qualquer pessoa que não tenha recursos suficientes para pagar as custas e despesas judiciais sem prejudicar o próprio sustento ou de sua família.

3. Preciso apresentar documentos junto com a declaração?

A declaração pode ser suficiente, mas o juiz pode solicitar documentos que comprovem a condição financeira.

4. O juiz pode negar o benefício?

Sim, se entender que não há comprovação suficiente da alegação de hipossuficiência.

5. O benefício é automático?

Não. O juiz pode conceder, negar ou pedir mais informações antes de decidir.

6. A parte contrária pode contestar a declaração?

Sim, pode apresentar impugnação e provas em sentido contrário.

7. O benefício pode ser revogado?

Sim, se houver mudança na situação financeira ou se for comprovada má-fé.

8. O que acontece se eu mentir na declaração?

Você pode perder o benefício, ser obrigado a pagar as despesas e responder por litigância de má-fé.

9. Preciso de advogado para apresentar a declaração?

É recomendado, mas em alguns casos pode ser feito pela própria pessoa (ex: Juizado Especial).

10. Onde encontro modelos e mais informações?

No site oficial ou pelo Facebook.

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o <u>site oficial</u> ou acompanhe as novidades pelo <u>Facebook</u>!

Modelo de Declaração de Hipossuficiência — Justiça Gratuita

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | março 4, 2025 Eu, (nome completo do autor desta declaração), nacionalidade, (profissão), inscrito sob o CPF n.º.., portador do documento de identidade — RG n.º.. (órgão expedidor-Estado), com residência e domicilio em (endereço completo), CEP (coloque o n.º do CEP), na cidade de (coloque o nome da cidade aqui) e no Estado de (coloque o nome do Estado agui), venho por meio desta, declarar que, por motivo da minha condição financeira atual, não tenho como arcar com as despesas processuais necessárias para dar prosseguimento a ação que inicio (caso a ação já tenha iniciado, coloque nesta parte — a ação que iniciei), desta forma DECLARO ser pobre nos termos da lei, na acepção da palavra, por esta razão pleiteio por meio desta os BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, previsto no inciso LXXIV, do art. 5.ºº da Constituição Federal l, C/C ao art. 98 8 do CPC C.Tendo em vista a atual incapacidade financeira que possuo para custear qualquer ação, solicito ainda, que o BENEFÍCIO DE JUSTIÇA GRATUITA englobe todos os atos presentes neste processo, conforme prevê o artigo 98 do CPC.

Este documento é feito respeitando a Lei n.º 13.105/2015 e Lei n.º 7.115/83, sendo passível, inclusive, das penalidades trazidas por ela, estando ciente, portanto, o (a) declarante

que em caso de informar qualquer dado falso, está sujeita não apenas as sanções civis e administrativas, como também as criminais previstas na própria legislação.

(cidade), (data).

Assinatura do declarante

nome completo do declarante

□ Declaração de Hipossuficiência — Justiça Gratuita (Mapa Mental)

□ 0 que é?

 Documento formal no qual o interessado declara não possuir condições financeiras para arcar com as despesas do processo judicial, solicitando o benefício da justiça gratuita.

□ Objetivo

- Permitir que pessoas sem recursos possam acessar a Justiça sem pagar custas, taxas ou despesas processuais.
- ඎ ☐ Assegurar o direito constitucional de acesso à Justiça para todos.

□ Como funciona?

• ✍□ O interessado preenche e assina a declaração,

relatando sua situação financeira.

- •□ A declaração é anexada à petição inicial ou apresentada durante o andamento do processo.
- □□ □ 0 juiz avalia a declaração e decide se concede ou não o benefício.

□ Passo a Passo

- l□□ Redigir a declaração de hipossuficiência, informando dados pessoais e a impossibilidade de pagar as despesas judiciais.
- 2□□ Anexar a declaração ao processo judicial.
- 3∏ O juiz analisa e decide sobre a concessão da justiça gratuita.
- 4□□ A parte contrária pode contestar a concessão do benefício.

□□ Garantias Legais

- ☐ Presunção de veracidade da declaração, conforme art. 99, §3º do CPC.
- □□ Direito previsto no art. 5º, LXXIV da Constituição Federal.
- ☎□ Possibilidade de revogação do benefício em caso de fraude ou alteração da situação financeira.

△ Observações Importantes

- ☐ Falsidade na declaração pode resultar em sanções legais e cobrança das despesas processuais.
- □ O benefício pode ser solicitado a qualquer momento do processo.
- □ 0 juiz pode exigir documentos adicionais para comprovação.

☐ Links Úteis

- Site Interno: Ademilson CS Advogados
- Facebook Externo: Ademilson CS Advogados

☐ FAQ — Declaração de Hipossuficiência para Justiça Gratuita

1. 0 que é a declaração de hipossuficiência?

É um documento simples pelo qual a pessoa afirma não ter condições financeiras para arcar com custos do processo e pede justiça gratuita.

2. Quem pode apresentar a declaração?

Qualquer pessoa que não tenha recursos suficientes para pagar as despesas judiciais sem comprometer o próprio sustento ou de sua família.

3. É necessário anexar outros documentos?

A declaração pode ser suficiente, mas o juiz pode solicitar documentos que comprovem a situação financeira.

4. O juiz pode negar o benefício?

Sim, se entender que não ficou comprovada a necessidade ou se

houver indícios de má-fé.

5. O benefício é automático?

Não. Apesar da presunção de veracidade, o juiz pode pedir esclarecimentos ou negar o pedido.

6. O benefício pode ser revogado?

Sim, se houver mudança na situação financeira ou descoberta de fraude.

7. A parte contrária pode contestar?

Sim, pode impugnar a concessão do benefício apresentando provas contrárias.

8. O que acontece em caso de falsidade?

O autor pode perder o benefício, ser responsabilizado por litigância de má-fé e ter que pagar as despesas processuais.

9. Preciso de advogado para apresentar a declaração?

É recomendável contar com um advogado, mas em alguns casos pode ser feito pela própria parte (exemplo: Juizado Especial).

10. Onde encontrar modelos e mais informações?

No <u>site oficial</u> ou pelo <u>Facebook</u>.

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o <u>site oficial</u> ou acompanhe as novidades pelo <u>Facebook</u>!